



RELATÓRIO DE GESTÃO EXERCÍCIO 2019 e PLANO DE TRABALHO PARA 2020

Atos praticados pelos gestores abaixo:

DIRETORIA EXECUTIVA

Denise Rocha Domingues
Diretora - Presidente

Aguida Raquel F. da Silva
Diretora – Operacional

CONSELHO FISCAL

Maria de Jesus da Costa E Silva
Presidente

Alessandro Ramos Marques
Titular

Francisco Almeida Costa
Titular

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Denise Rocha Domingues
Presidente

Clerson Dalvani Reis
Vice Presidente

Vanessa Cristina C. Dutra Cardoso
Membro

Cleomar Arruda Silva
Membro

Paulo Marcelo Mendonça
Membro

Jardel Crystiano Nunes Ribeiro
Membro

*Este Relatório de Gestão foi elaborado
em conformidade com as orientações da
Instrução Normativa do TCE/TO n°. 006,
de 25 de junho de 2005,
Regimento Interno do TCE/TO,
aprovado pela Resolução Normativa n°. 002,
de 04 de dezembro de 2002, e
Lei Orgânica do TCE/TO n°. 1.284,
de 17 de dezembro de 2001.*

APRESENTAÇÃO

Este relatório é peça obrigatória do processo de prestação de contas anual e tem por objetivo descrever as metas estabelecidas, ações realizadas e resultados alcançados ao longo do exercício 2018, além dos meios orçamentários, financeiros, patrimoniais e logísticos utilizados para o cumprimento dos objetivos institucionais.

O conteúdo mínimo do Relatório de Gestão encontra-se disciplinado por Decisões Normativas do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins.

1. IDENTIFICAÇÃO

QUADRO 1 - Dados Identificadores da Unidade Jurisdicionada

Nome completo e sigla	Agência de Fomento do Estado do Tocantins S/A.
Natureza jurídica	Sociedade Anônima de Economia Mista de Capital Fechado.
Normativos de criação, definição de competências e estrutura organizacional	A Agência de Fomento foi criada através da Lei nº 1.298, de 22/02/2002, com alterações introduzidas pela Lei nº 1.628, de 5/12/2005, tendo sido instalada em outubro de 2005. Seu Estatuto Social foi aprovado em Assembléia Geral, tendo passado posteriormente por alterações de diversos atos.
CNPJ	05.474.540/0001-20
Endereço completo da sede	Quadra103Sul, Rua do Pedestre SO 09 Conj 03 Lote 04 - Plano Diretor Sul – Palmas/TO CEP: 77.015-032 Fone: (63) 3220-9800 (63) 3220-9820
Endereço na internet	www.fomento.to.gov.br
Situação	Em funcionamento. Autorizada pelo Banco Central do

	Brasil.
Função de governo predominante	Financiar projetos de desenvolvimento, podendo firmar convênios com instituições de pesquisa, nacionais, internacionais ou estrangeiras, públicas ou privadas, e fazer empréstimos com recursos próprios e de repasses.
Tipo de atividade	Agência de Fomento (Instituição financeira não bancária).

2 RESPONSABILIDADE SOCIAL

A Agência de Fomento é uma instituição financeira não bancária, organizada sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, que atua sob a supervisão do Banco Central do Brasil e rege-se através da Lei das Sociedades Anônimas, por seu Estatuto Social e demais disposições legais que lhe forem aplicáveis. Foi criada em 2002 pela Lei Estadual nº. 1.298 e tem como acionista majoritário o Estado do Tocantins.

Inaugurada em Outubro de 2005, a Agência de Fomento, em parceria com o Governo do Estado, tem mantido sua missão de participar ativamente do desenvolvimento sustentável do Estado do Tocantins, viabilizando o apoio a investimentos que geram renda, emprego e competitividade nos diversos setores produtivos da economia local, incentivados pelo crédito diferenciado e impulsionando a instalação e a manutenção de negócios no Estado, em consonância com o Plano de Governo e com as necessidades e potencialidades locais.

O cumprimento da missão por meio da realização das ações de crédito é o grande desafio da Instituição, sendo estas pautadas em um tripé que deve ser a base de todos os negócios e atividades implementadas, a saber: desenvolvimento econômico, responsabilidade social e consciência ambiental.

3 PLANO DE TRABALHO 2019

3.1 Introdução

O Estado do Tocantins, tem reconhecidamente um enorme potencial econômico, representado pela sua posição geográfica privilegiada, que permite a montagem de uma logística de transportes com vantagens competitivas não só para o Estado, mas sobretudo para as Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste e para o país, em termos de viabilização do Corredor Centro Norte de Exportação; apresenta, evolução nos resultados financeiros, assim como melhora na classificação RATING B de investimento.

Diante desse quadro o atual Governo vem priorizando ações emergenciais de curto prazo, como a reorganização administrativa em busca da governabilidade, e as destinadas à solução de problemas nas áreas de saúde, segurança e educação. Ao mesmo tempo está buscando recursos para complementar a infraestrutura básica e viabilizar o aumento da produção, da produtividade agropecuária e do agronegócio e o incentivo à industrialização, tendo como orientação básica a geração de emprego e o aumento da renda. Como estratégia está buscando a aproximação das ações de governo com a população e incentivando o desenvolvimento regional, com o objetivo de reduzir as desigualdades regionais e sociais.

Por outro lado, o objeto social da Agência de Fomento do Estado do Tocantins S.A., segundo o seu Estatuto, é o financiamento de projetos de desenvolvimento que promovam benefícios econômicos e/ou sociais às áreas de sua influência, em consonância com o Plano de Governo e com as necessidades e potencialidades locais, observadas as seguintes Diretrizes Gerais:

- I. identificar, estimular, potencializar ou criar vantagens competitivas para o Estado, de forma a atrair novos investimentos, manter e valorizar os já existentes e preservar de forma persistente a capacidade de desenvolvimento do Tocantins;
- II. desenvolver, dentre outras ações, programas de recuperação de setores, atividades econômicas e empresas baseados no Tocantins, de modo a devolver-lhes condições de crescimento e competitividade, contribuindo para a sua permanência e prosperidade;
- III. desenvolver ações que abranjam todo o território do Estado, com ênfase especial para as áreas deprimidas e de ocorrência de problemas climáticos, adotando soluções que permitam não apenas a convivência com esses problemas, mas principalmente a sua utilização como vantagem competitiva;
- IV. apoiar a implementação de projetos que deverão, necessariamente, gerar benefícios diretos e mensuráveis para o Estado e sua população, atendendo, no mínimo, aos requisitos de promoção de empregos dignos e renda justa para os trabalhadores e produtores, melhoria da qualidade de

vida, saúde, educação, cultura, capacitação e elevação da auto-estima das populações, preservação, recuperação e valorização do ambiente, bem como cumprir a responsabilidade social que lhes é inerente;

- V. deverão ser priorizados os empreendimentos cujo valor agregado permaneça o máximo no Estado, e que sejam voltados para os requisitos de qualidade, produtividade, tecnologia e modernização, aproveitando e desenvolvendo os potenciais de recursos humanos, naturais e institucionais do Tocantins e contribuam para acelerar o crescimento econômico de sua área de atuação, voltados preferencialmente para:
- a. o setor agropecuário, industrial, comercial e de serviços, com destaque às micro, pequenas e médias empresas;
 - b. a instalação de empreendimentos pioneiros com processo de produção simples e que substituam as importações estaduais, e os que utilizem matéria-prima local;
 - c. a ampliação da oferta de energia elétrica;
 - d. a construção e ampliação de armazéns, silos e frigoríficos;
 - e. desenvolvimento do turismo;
 - f. a exploração sustentável dos recursos naturais;
 - g. a constituição e ampliação de empresas privadas para exploração de serviços de utilidade pública;
 - h. outros serviços de interesse público estadual.

Ainda segundo o seu Estatuto Social a Agência poderá desenvolver, direta ou indiretamente, as seguintes funções e atividades, dentre outras compatíveis com seu objeto social:

- I. identificação, criação e estimulação de vantagens competitivas e oportunidades de investimento no Estado, envolvendo:
 - a. diagnósticos e estudos globais, setoriais e espaciais;
 - b. levantamento, cadastramento e sistematização de projetos de interesse do Estado;
 - c. elaboração de perfis e projetos que possam ter por base o território do Tocantins;
 - d. outras atividades de estudos, pesquisas e projetos, enquadradas no objeto social.
- II. promoção de investimentos, para a atração de empresas e negócios para o Estado, abrangendo:

- a. identificação de investidores potenciais, no Estado, no País e no Exterior;
- b. articulação com outros órgãos para a criação de atrativos locais;
- c. divulgação das oportunidades de investimento, fazendo-o no Estado, no País e no Exterior, devendo, para tanto, utilizar-se dos recursos mais modernos e eficazes;
- d. negociação com investidores, para a viabilização dos investimentos no Estado;
- e. criação de facilidades para a instalação dos empreendimentos;
- f. prestação de serviços de apoio empresarial, em articulação com os demais órgãos públicos e privados, tais como centrais de negócios, montagem e operação de bolsas de equipamentos, materiais e resíduos industriais, incentivo à formação de cooperativas e associações, e outros serviços que sejam considerados importantes para promover a atração de empresas e o incremento de negócios;
- g. outras atividades caracterizadas como promoção de investimentos.

III. recuperação, reabilitação, viabilização e financiamento de empreendimentos, compreendendo:

- a. elaboração e execução de planos e projetos para recuperar setores deprimidos, abrangendo, de preferência, toda a cadeia produtiva relacionada com o setor em questão;
- b. outras atividades de viabilização e financiamento de empresas, dentro do objeto social.

3.2 Estratégia de Atuação - 2019

A atuação da Agência, como partícipe do processo de desenvolvimento do Estado, deve ser coerente com as prioridades do Governo e levará em conta, por um lado, o desenvolvimento regional, com ênfase nas Regiões mais carentes, com vistas à redução do desequilíbrio inter-regional; e por outro o aproveitamento do potencial de desenvolvimento das seguintes áreas, segmentos e investimentos:

- a) Financiar micro empreendedores individuais - MEI;
- b) Financiar pequenas e médias empresas;
- c) Agricultura familiar, inclusive a piscicultura;
- d) Consolidação das Cadeias Produtivas identificadas;
- e) Demais áreas de atuação da gestão do Estado;

3.3 Ações Prioritárias - 2019

a) Organização Interna

- a. Capacitação e Reciclagem de Pessoal;
- b. Adequações na estrutura de TI, sistema de controle gerencial;
- c. Manutenção de manuais e resoluções internas, adequando a nova gestão;
- d. Comercialização de bens imobilizados para aumento de receita;
- e. Remodelação da equipe de trabalho, com foco na prospecção de clientes e recuperação de crédito;
- f. Readequação das linhas e taxas de financiamento;
- g. Ajuste de contas da gestão anterior;
- h. Ajuizamento de processos de crédito, paralisado;
- i. Tomada de contas especial;
- j. Resolução de apontamentos BACEN da gestão passada;
- k. Captação de recursos, interno sócios e externo como o FUNGETUR, FINEP e FNO;
- l. Criação e adequação de minutas de lei, estatutos, entre outros para operacionalizar com fundos, fundos garantidores e PPP;
- m. Adequação das receitas x custos.

b) Elaboração dos Termos de Referência dos seguintes objetivos e metas - 2019:

- a. Aumento da Produção e da Produtividade empresarial;
- b. Industrialização e Piscicultura;
- c. Interiorização do desenvolvimento (proximidade com o Cidadão)
- d. Desenvolvimento de regiões carentes;
- e. Empreendedorismo e geração de renda;
- f. Apoio aos setores prioritários (saúde, educação e segurança);
- g. Geração de Energias alternativas (solar, entre outros);
- h. Desenvolvimento turístico e ecoturismo;
- i. Projetos de tecnologia e inovação;
- j. Viabilização das chamadas Cadeias Produtivas já identificadas.

c) Definição de Parcerias com as seguintes Instituições - 2019:

- a. SEBRAE, IEL;
- b. MUNICÍPIOS e ASSOCIAÇÃO TOCANTINENSE DE MUNICÍPIOS (ATM);
- c. BANCO DA AMAZÔNIA S.A. – BASA;
- d. FEDERAÇÕES – INDÚSTRIA, COMÉRCIO E PISCICULTURA;
- e. SECRETARIAS DO ESTADO;
- f. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE DESENVOLVIMENTO - ABDE;
- g. AGÊNCIAS DE FOMENTO DE OUTROS ESTADOS;
- h. FINANCIADORA DE INOVAÇÃO E PESQUISA-FINEP ;
- i. FUNGETUR - MINISTÉRIO DO TURISMO;

d) Negociação de Recursos e Elaboração dos projetos respectivos - 2019;

- a. Fundo - FDE autorizado - R\$ 10.000.000,00;
- b. Fundo - FUNDES autorizado - R\$ 7.700.000,00;
- c. Recurso do FUNGETUR, aproximado em R\$ 10.000.000,00;
- d. FUNDO PPP - GARANTIDOR;
- e. FIETO/IEL (Palestra sobre recursos voltados à inovação em conjunto com a FINEP), recurso FINEP R\$ 1.400.000,00;
- f. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES (Nova proposta de avaliação, agendada para 12 meses);
- g. Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequena Empresa – SEBRAE (convênio já firmado – FAMPE, já está sendo utilizado);
- h. Captação de recursos do BASA - FNO (aguardando decisão CONDEL);

e) Recursos já captados - até 11/2019;

- a. Recurso: FUNGETUR ± R\$ 10.600.000 (disponível), liberação programada de R\$ 1 milhão a partir do mês 03/2020.
- b. FDE Piscicultura: R\$ 10.000.000, liberação programada a partir de maio.
- c. R\$ 1.500.000,00 - SICS, disponível final de abril, liberação de maio a dezembro
SICS - APORTE
- d. FUNDES - aporte de R\$ 7.700.000, disponibilidade a partir de maio, liberação de junho a dezembro.

f) Concessão de empréstimos - maio/19 a 15/11/2019

- a. Captação de 74 contratos de crédito;
- b. Abrangência de 13 municípios, do sul ao norte do Estado;
- c. Créditos pulverizados com valor médio de R\$ 26.693,28 por tomador;
- d. Valor liberado de R\$ 1.975.302,64;
- e. Pendentes de liberação-Análise, aproximado, R\$ 300.000,00;
- f. Em montagem de processo, aproximado, R\$ 700.000,00.

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Quanto à Função dos Órgãos Colegiados da Administração:

ASSEMBLEIA GERAL - é o órgão superior da sociedade, com poderes para deliberar sobre todos os negócios relativos ao objeto social e tomar as providências que julgar convenientes à sua defesa e desenvolvimento.

CONSELHO FISCAL – COFIS - com funcionamento permanente, compõe-se de 3 (três) membros efetivos e igual número de suplentes, pessoas naturais, acionistas ou não, residentes no País, diplomados em curso de nível superior ou que tenham exercido, por prazo mínimo de 3 (três) anos, cargo de administrador de empresa ou de conselheiro fiscal, eleitos pela Assembléia Geral para um mandato de 1 (um) ano, podendo ser reeleitos, conforme Estatuto Social aprovado em 17 de agosto de 2015, e de acordo com a alteração do Estatuto Social em 28 de junho de 2018, o prazo de gestão dos membros passou a ser, não superior a 2 (dois) anos, permitidas 2 (duas) reconduções consecutivas.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO – CONAD - é composto de 7 (sete) membros efetivos, residentes no País, eleitos pela Assembléia Geral para um mandato de 3 (três) anos, podendo ser reeleitos. Fica assegurado que os Acionistas Minoritários terão o direito de eleger um Conselheiro. De acordo com a alteração do Estatuto Social em 28 de junho de 2018, o membro terá no máximo, 3 (três) reconduções consecutivas.

AUDITORIA INTERNA – AUDIN - tem como missão assessorar a Administração da Instituição no desempenho de suas funções e responsabilidades, verificando a correta aplicação do capital, através de uma fiscalização transparente.

DIRETORIA EXECUTIVA – DIREX - é o órgão colegiado encarregado da condução dos objetivos sociais e da prática dos atos necessários ao adequado funcionamento da Agência, sendo composta por 02 (dois) membros, residentes no País, acionistas ou não, eleitos pelo Conselho de Administração para os cargos de Diretor-Presidente, Diretor Operacional e Diretor Administrativo-Financeiro (Diretora Presidente responde por esta Diretoria), com mandato de 03 (três) anos, sendo permitida a reeleição.

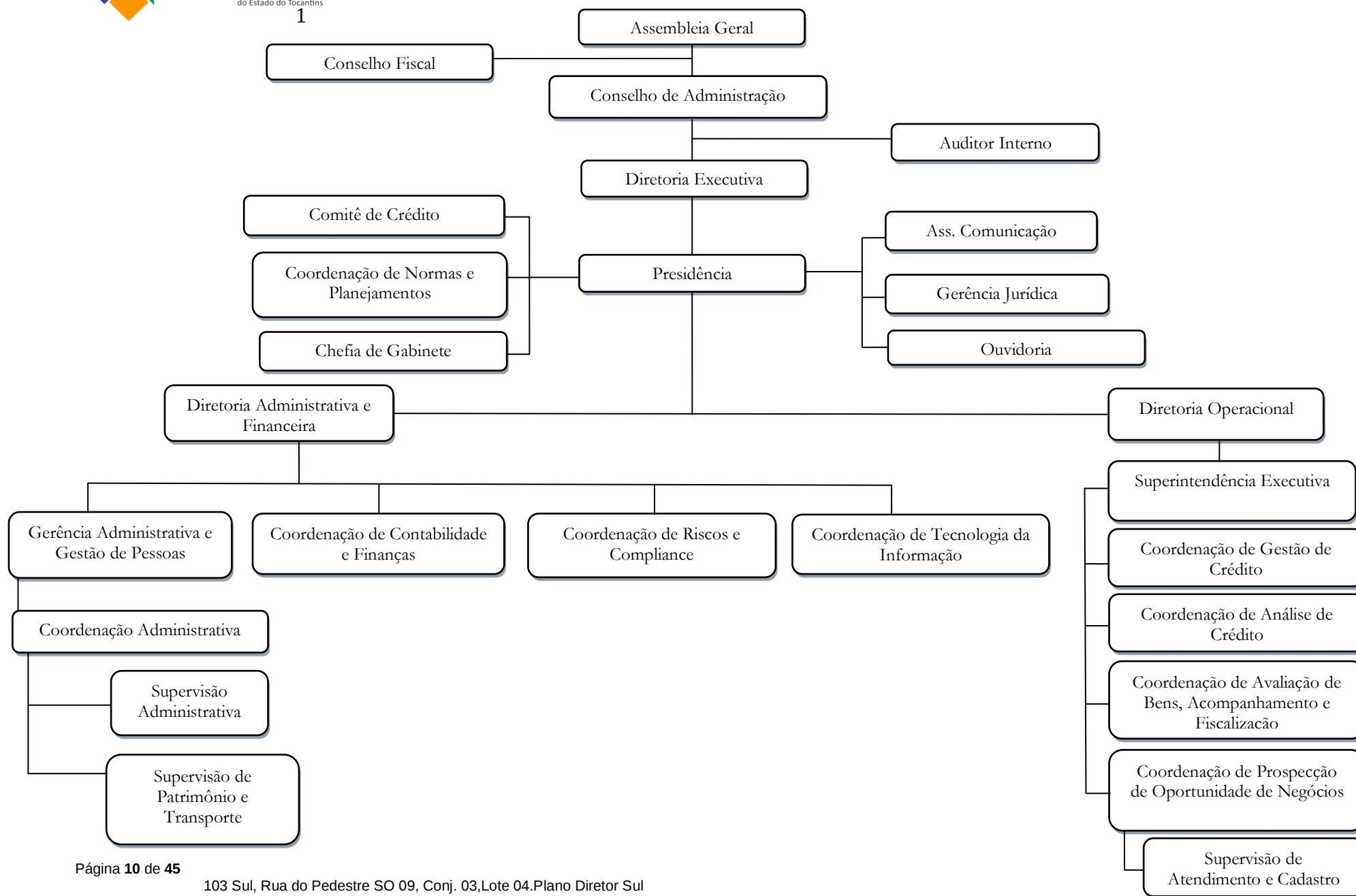
PRESIDÊNCIA – PRESI - Supervisiona e dirige os negócios da Agência, representando-a em juízo ou fora dele.

DIRETORIA ADMINISTRATIVA-FINANCEIRA – DIRAF - é a diretoria responsável pela Coordenação do Programa, bem como por administrar as atividades de Gestão do Crédito, da Área Contábil e Financeira da Instituição.

DIRETORIA OPERACIONAL – DIROP - É a diretoria responsável pela prospecção, concessão e fiscalização do crédito e, também, é a diretoria responsável por administrar as atividades de Gestão de Riscos e Controle Interno.

Destarte, a Fomento encerrou o ano de 2019 com uma estrutura organizacional distribuída, conforme apresentado no QUADRO 2, traduzindo a visão de transversalidade das ações sem perda da necessária segregação de funções, que evita o conflito de interesses entre as áreas. Ficando distribuída, conforme a seguir:

QUADRO 2 - Estrutura Organizacional



3.4 CAPITAL SOCIAL

O Capital Social, autorizado para a Agência de Fomento é de R\$ 100.000.000,00, sendo integralizado o valor de R\$ 28.533.389,18 (vinte e oito milhões, quinhentos e trinta e três mil, trezentos e oitenta e nove reais e dezoito centavos) o qual tem como objetivo a promoção do desenvolvimento regional e a ampliação do apoio creditício aos projetos de desenvolvimento localizados no Tocantins.

QUADRO 3 - Demonstrativo de Composição do Capital Social

ACIONISTA	PARTIC. %	QTDE DE AÇÕES	VALOR DE AÇÕES (em R\$)	CAPITA L A INTEGR ALIZAR	AUMENTO DE CAPITAL			TOTAL
					APORTE (em R\$)	INTEGRA LIZADO (R\$)	A INTEGR ALIZAR (R\$)	
Governo do Estado do Tocantins	99,40	5.964.000	26.662.188,84		1.700,00	1.700,00		28.362.188,84
Sinduscon - Sind. das Ind. Const.Civil	0,10	6.000	26.823,13		1.710,26	1.710,26		28.533,39
Fieto - Federação das Indústrias	0,10	6.000	26.823,13		1.710,26	1.710,26		28.533,39
Faet - Federação da Agricultura	0,10	6.000	26.823,13		1.710,26	-	1.710,26	28.533,39
Fecomércio - Federação do Comércio	0,10	6.000	26.823,13		1.710,26	1.710,26	1.710,26	28.533,39
Faciet - Fed. Assoc. Com. e Industriais	0,10	6.000	26.823,13	17.140,24	1.710,26	1.710,26		28.533,39
Sicon - Sindicato das Ind. Confecção	0,10	6.000	26.823,13	17.140,24	1.710,26	-	1.710,26	28.533,39
TOTAL DE AÇÕES	100,00	6.000.000	26.823.127,62	34.280,48	1.710.261,56	1.706.841,04	3.420,52	28.533.389,18

3.5 POLÍTICA DE CRÉDITO

Almejando um alinhamento com as políticas públicas do Governo do Estado, além de agir em conformidade com a sua natureza e com as exigências do Órgão Regulador, a Agência de Fomento tem buscado o alinhamento dos produtos de crédito e dos programas oferecidos com as diretrizes do Governo, com a missão de contribuir para o fomento das atividades estratégicas para o desenvolvimento do Estado.

Importante destacar o enfoque qualitativo que a Administração buscou agregar a todas as atividades, em especial às atividades envolvidas com a concessão e prospecção de operações de crédito. Por conseguinte, a atual gestão tem sido categórica na segregação de atividades como Cadastro, Análise, Classificação de Riscos e Gestão do Crédito, bem como tem buscado dar maior transparência e desburocratizar procedimentos por meio da transversalidade entre as áreas e a reformulação de processos e normativos internos. Isto, sem ignorar a segurança necessária e a obtenção de resultados quantitativos e qualitativos.

4 INDICADORES DE GESTÃO POR ÁREAS

4.1 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

A área de Tecnologia da Informação – TI – é um conjunto de dados classificados e organizados com integração e gestão de recursos de hardware e software destinados à captura, processamento, armazenamento e comunicação de dados, visando automatizar a produção e a gestão das informações que compõem o papel primordial da Coordenadoria de Tecnologia da Informação, que mantém recursos tecnológicos que representam o melhor custo-benefício para a Instituição.

A Coordenadoria de Tecnologia da Informação monitora tráfegos de rede, transferência de arquivos, ociosidade de serviços e acessos, propiciando assim estatísticas e estudos de incidências na rede. Também continua o atendimento de prontidão a quaisquer problemas referentes a terminais de trabalho ou a sistemas operacionais com mau funcionamento, proporcionando um ambiente retilíneo em suas ações.

Na previsão contida em relatórios anteriores, várias propostas foram arremetidas para o ano subsequente devido a contenção de gastos, haja vista que com tais demandas surgiram metas subseqüentes a esta migração contida abaixo neste relatório.

No ano de 2019 foram solucionados problemas estruturais e implementados diversos novos serviços, tais como:

- Aquisição de Telefonia Fixa com Tecnologia Tronco digital - Voip E1 com Aparelhos IP, gerando uma economia de 28.000,00 para o ano de 2020;

- Monitoramento do servidor Proxy Squid com controle de Usuários;
- Mudança no contrato de internet dedicada de 24 MB para 120MB;
- Monitoramento e manutenção do Sistema de Ponto Eletrônico;
- Monitoramento e manutenção do Sistema de Recursos Humanos;
- Gerenciamento do controle de acesso ao CPD (Central de Processamento de Dados);
- Criação de conteúdo para mídias sociais, como Facebook e Instagram;
- Manutenção e suporte do sistema de controle de gestão de frotas;
- Manutenção e suporte do sistema de controle de almoxarifado;
- Manutenção e suporte do sistema de ouvidoria;
- Desenvolvimento do sistema de controle de processos eletrônicos E-Doc;
- Renovação de serviço especializado de backup em nuvem;
- Renovação de contrato de telefonia móvel com redução de custos.

Para 2020 está previsto um investimento:

- Aquisição 06 computadores para substituição de computadores depreciados,
- Aquisição 01 notebook para substituição notebook depreciados
- Aquisição de sistema operacional para todos os computadores e servidores,
- Aquisição de novos equipamentos de monitoramento de segurança e acesso na Instituição.
- Aquisição de um novo sistema de gerenciamento de crédito,
- Aquisição de novas licenças de antivírus e firewall,
- Manutenção preventiva corretiva do nobreak central do CPD,
- Renovação de garantia dos servidores DELL do CPD,
- Aquisição de novas memórias para os servidores DELL do CPD
- A partir de cursos previstos para os colaboradores desta Coordenadoria, estão previstos também um melhor monitoramento dos serviços de correio eletrônico, atualização e criação de novas páginas web, gerando melhor transparência nas informações e economicidade para Instituição. Em relação ao banco de dados que hoje é contido pela plataforma Oracle, esta Coordenadoria prevê melhorar ainda mais os sistemas de cópia de segurança (Backup) e seu retorno após crise (Restore), validando em ambiente de homologação, mensalmente, para garantir a integridade das informações contidas no mesmo.

4.2 COORDENADORIA ADMINISTRATIVA

4.2.1 Desenvolvimento Humano

A atual administração buscou estabelecer um compromisso com a força de trabalho, baseando-se no respeito mútuo e numa comunicação aberta, na tentativa de estabelecer o envolvimento dos clientes internos e externos.

4.2.2 Gestão de Pessoas

A Gestão de Pessoas na Agência de Fomento é orientada para a missão de criar condições favoráveis a um ambiente de trabalho que estimule o desempenho dos empregados, assegurando o envolvimento e o comprometimento com os resultados empresariais desejados. Foram consolidados avanços na visão empresarial da gestão de pessoas com o alinhamento de atividades e projetos de recursos humanos. O foco nos resultados se dá, portanto, pelo alinhamento de práticas que visam o fortalecimento da relação empresa x funcionário.

As iniciativas de desenvolvimento humano no ano focalizaram, prioritariamente, a preservação da competência técnica dos empregados e o aprimoramento dos instrumentos e práticas de gerenciamento da força de trabalho. Em decorrência da alteração de responsabilidade sobre a área, os instrumentos e práticas de recursos humanos também estão sendo revisados para contemplar uma visão mais ampla na gestão de pessoal.

4.2.3 Capacitação

Ao longo do ano 2019, a instituição capacitou 30% do quadro de pessoal. Estas oportunidades foram distribuídas em cursos externos. Assim, foram realizados treinamentos técnicos em algumas áreas, participação em cursos e palestras.

4.2.4 Qualidade de Vida no Trabalho

Em 2019 manteve-se o processo de desenvolvimento de programas de Qualidade de Vida no Trabalho (QVT) na Agência de Fomento, por meio de ações tais como:

a) **Integração:** foram realizados momentos de integração de modo a interferir positivamente no clima organizacional, promovendo melhorias nos relacionamentos interpessoais. Houve por exemplo, a promoção de confraternização de fechamento de semestre e confraternização no final do ano.

4.2.5 Patrimônio – Transporte - Almoxarifado

- **Patrimônio**

O patrimônio teve seu inventário no primeiro e segundo semestre com todos os termos assinados por todos os coordenadores de suas respectivas áreas. Não houve baixa de patrimônio durante os dois semestres do ano de 2019.

- **Transporte**

Todos os veículos tiveram seguro e revisões em dia durante todo o ano.

- **Almoxarifado**

O almoxarifado teve duas conferências durante o exercício, uma em cada semestre. As requisições foram atendidas duas vezes por semana confirmando um maior controle nas saídas dos materiais. Conforme os métodos adotados por essa Coordenação, foi realizada uma compra para reposição de estoque anual, garantindo ter sempre materiais em boas condições e dentro de seus prazos de validade.

4.3 COMUNICAÇÃO E MARKETING

Setor responsável pela Comunicação Interna e Externa da Agência de Fomento do Tocantins, é a Assessoria de Comunicação é essencial para manter um canal ativo entre a Instituição e seu público-alvo, levando até a sociedade as informações sobre as atividades exercidas no dia a dia da Agência de Fomento do Tocantins, em 2019 a comunicação externa foi feita pela SECOM devido a funcionaria ter pedido desligamento da Agência.

4.4 PROSPECÇÃO E OPORTUNIDADE DE NEGÓCIOS

No Exercício de 2019 a Coordenadoria de Prospecção e Oportunidades de Negócios intensificou o trabalho de prospecção, realizando palestras, visitas a empreendedores, oferecendo linhas de crédito de acordo com o perfil de cada empreendimento.

Em virtude da transição da diretoria executiva e Conselho de Administração, as operações de crédito tiveram início no 2º trimestre de 2019. Foi um ano marcado por grandes ações positivas, segue algumas em destaque:

- ✓ A convite do SEBRAE Nacional, a Agência de Fomento atuou positivamente na Semana do MEI (micro empreendedor individual) realizando atendimentos nos municípios de Palmas, Gurupi-TO e Palmeirópolis-TO. Nesta ação foi possível atender vários micro empreendedores, proporcionando oportunidades para alavancar os seus negócios;
- ✓ Marcou presença na AGROTINS (Feira Agropecuária do Tocantins), onde teve a oportunidade de divulgar suas linhas de créditos e captar novos negócios;
- ✓ Participou do 1º Feirão de Crédito, Rodada de Negócios realizado pelo Núcleo de Acesso ao Crédito da FIETO, na oportunidade foi apresentado a Agência de Fomento e seus produtos aos empresários reunidos;
- ✓ Participou do INVESTE TURISMO, em parceria, Governo do Tocantins, EMBRATUR, Ministério de Turismo. O evento aconteceu na cidade de Palmas e Ponte Alta – TO;
- ✓ Em junho a Agência de Fomento disponibilizou aos empresários tocaninense R\$ 1 milhão para linha de microcrédito, a fim de realizar bons negócios;
- ✓ Participou do 1º Fórum de Turismo da Região Sul do Tocantins. O evento aconteceu, na Pousada Martins no Retiro –TO município de São Salvador do TO, e teve como objetivo o turismo da região Sul do Estado. A convite do Sebrae Tocantins, a Agência de Fomento participou também do Fórum de Turismo de Natividade –TO, com palestra, expondo seus produtos e realizando atendimento ao público da região;

- ✓ A equipe de prospecção esteve buscando novos clientes nas cidades de Aliança do Tocantins, Gurupi, Miranorte, Miracema, Guaraí, Colméia e Pedro Afonso. Foi realizado um trabalho de divulgação e atendimento aos empreendedores, oferecendo crédito para os diversos segmentos do estado;
- ✓ A Agência de Fomento marcou presença na Feira de Negócios GURUPI TEM, que teve como objetivo movimentar a economia local;
- ✓ Agência de Fomento disponibilizou R\$ 500 mil para estimular as atividades desenvolvidas pelos profissionais liberais. Oferecendo taxas de juros diferenciadas para categoria.
- ✓ No mês de outubro a Agência ofertou as mulheres empreendedoras através da campanha outubro Rosas taxa de juros especiais, a campanha foi um atrativo para mulheres que busca o crescimento do seu negócio.
- ✓ Em parceria com a ACIP - Associação Comercial e Empresarial de Paraíso, a Agência de Fomento realizou atendimento aos empresários locais na sala do empreendedor;

Os Resultados alcançados foram muito positivo, foram atendidos 18 municípios que levaram a contratação de 103 processos.

A Agência de Fomento tem intensificado o processo de divulgação dos seus produtos, buscando em suas operações aprovar empreendimentos rentáveis, oportunizando a concessão do crédito e que consequentemente traz junto a geração de emprego e renda, fortalecendo a economia do estado.

Mídia Externa:

Além das notícias produzidas pela Assessoria de Comunicação, outras notícias a respeito da Instituição também são divulgadas pela mídia externa. Em 2019, foram veiculadas notícias a respeito da Agência de Fomento do Tocantins, incluindo TV, sites, redes sociais, Jornais Impressos e rádios.

5 ANÁLISE DE CRÉDITO

Operações de Crédito

Entre o 2º e 4º trimestre de 2019 a Agência de Fomento liberou um total de 103 operação de crédito no valor total de R\$ 2.747.068,00 em operações de crédito, distribuídos entre empréstimos e financiamentos, atendendo diversos seguimentos, e impulsionando a economia do Estado.

Do montante liberado de maio a dezembro/2019 foi registrado uma média de liberações de R\$ 26.670,00 por empreendedor. Do total de liberações, 44,37% foi destinado para a linha de Comércio e Serviços e 55,63% para o Microcrédito.

Cabe ressaltar que:

Em virtude da transição da diretoria executiva e Conselho de Administração, no primeiro trimestre de 2019 a Agência de Fomento não liberou nenhuma operação de crédito uma vez que necessitava da aprovação e homologação do Banco Central para composição da nova diretoria.

Neste período, a Agência de Fomento trabalhou para implementar em 2019 novas medidas operacionais para melhorar ainda mais o atendimento às empresas através da aplicação de recursos próprios com mais agilidade e segurança nos processos.

Com relação à modalidade de financiamento, 100% das operações de crédito foram liberadas como capital de giro.

Taxa de Juros, Prazo e Carência nas Operações de Crédito

A taxa média de juros ficou em 2,39% a.m. e prazo médio de amortização das operações de crédito foi de 38 meses. Do montante, R\$ 62.323,00 foram liberados com carência, correspondendo a 2,27% das liberações de crédito e R\$2.684.745,00 sem carência, representando 97,73% do montante liberado:

Rating das Operações de Crédito

Das operações de crédito com relação ao montante liberado, 8% estão classificadas no nível de risco **inicial "AA"**, 15% no nível de risco **"A"**, 37% das operações no nível de risco **B** e 40% estão concentradas no nível de risco **C**.

Garantia das Operações de Crédito

Com relação ao tipo de garantia para as operações realizadas em 2019, 29% estão concentradas na Alienação Fiduciária, (considerando alienação fiduciária de imóveis e veículos), 2% das operações em Direitos Creditório, 63% garantido pelo Fundo de Aval para as Micros e Pequenas Empresas – FAMPE/Avalistas e 6% em garantia fidejussória. Isso demonstra que 92% dos créditos liberados em 2019 foram avalizados por garantias de melhor liquidez.

Análise de Crédito

No final do exercício de 2019 a economia tocantinense demonstrou melhora na perspectiva de crescimento apesar do impacto da crise econômica no País nos últimos anos, isso ficou evidenciado no aumento do PIB e na balança econômica das micro e pequenas empresas que buscaram soluções criativas para seus negócios. E é aí que a Agência de Fomento buscou mais uma vez fazer seu papel que é financiar projetos que favoreça o desenvolvimento sustentável, encorajando, estimulando e facilitando o acesso ao crédito às micro e pequenas empresas do Estado. Analisando as de forma cautelosa nas atividades que se expõe ao menor risco de inadimplência e impulsionando a economia de forma responsável.

6 GESTÃO DE CRÉDITO

No Exercício de 2019 a carteira ativa (saldo de créditos a receber, excluindo os prejuízos) ficou em R\$5.476 mil.

A Despesa de Provisão para operação de Créditos encerrou o período com R\$1.353 mil, sendo a média mensal de R\$ 112. **este valor expressivo é resultado de concentração de renda em único cliente liberado na gestão anterior que não conseguiu honra com o compromisso assumido na Instituição.**

A Reversão de Provisão das Operações de Crédito totalizou em R\$ 402 mil, resultado positivo, fruto de recebimentos efetivos de créditos inadimplentes que estavam provisionados. Ao

receber tais valores, consequentemente, aumenta a reversão e reduz o saldo das provisões em carteira ativa.

Os créditos renegociados ficaram em R\$ 73 mil. As renegociações de créditos são realizadas a partir de uma análise realizada entre o setor de Risco e Compliance, Gestão de Crédito e Diretoria, avaliando o impacto de sua realização na carteira da agência, e quanto à perspectiva real do recebimento.

A Carteira de Créditos Baixados como prejuízo registrou um montante de R\$ 488 mil. Esses créditos são provenientes de cobranças infrutíferas, mas apesar de baixadas em prejuízo, continuam em processo de cobrança e ou ajuizamentos.

No mês de outubro de 2019 foi lançado plano de ação para reversão e recuperação de crédito **OUTUBRO CLEAR**, que teve resultado bastante expressivo nas recuperações de créditos, como pode ser observado abaixo.

Dos créditos que foram baixados como prejuízos foram recuperados **R\$ 508 mil**. Um aumento bastante expressivo em comparação aos Exercícios anteriores: ano 2017 **R\$ 163 Mil**, ano 2018 **R\$ 75 mil**. Os recebimentos desta carteira são bastante significativos para a Instituição, por serem considerados como receita líquida no resultado geral do período. A carteira de Créditos Baixados como Prejuízo é uma carteira que apresenta dificuldade de recuperação, por se tratar de créditos inadimplentes há mais de 360 dias, o que consequentemente diminui as chances de recebimento de uma dívida.

O saldo das parcelas vencidas até 60 dias fechou em R\$ 128 mil, vencidas até 90 dias R\$22 mil, vencidas acima de 90 dias R\$ 789 mil, **este valor expressivo e reflexo da concentração de renda em único cliente liberado na gestão anterior**. Parcelas vincendas R\$4.536 mil. Baseado na resolução nº2682 de 1.999 do Banco Central, vigente, o parâmetro para mensuração da inadimplência total acima de 90 dias, considera-se os saldos vencidos + vincendos, que neste semestre somou um saldo de R\$5.476mil.

A Gestão de crédito tem uma grande preocupação com os clientes que ficam inadimplentes a partir de 01 dia de atraso, uma vez que a prevenção ajuda a evitar prejuízos futuros.

Sendo assim, conclui-se que a Gestão de Crédito vem buscando recuperar prejuízos, cobrar a carteira ativa inadimplente e a prevenção de possíveis atrasos que venham a prejudicar a receita da Agência.

7 AÇÕES DE COBRANÇAS JUDICIAIS

A Agência de Fomento do Estado do Tocantins S.A, no exercício regular de seu direito de credora e buscando a satisfação dos financiamentos inadimplidos através de expedientes judiciais cabíveis, atingiu no ano de 2019 o total de 65 (sessenta e cinco) ações judiciais, descartando as demandas efetivamente arquivadas (em razão de liquidação espontânea, da procedência ou improcedências da ação, etc.), todas elas sob a controle da Gerência Jurídica.

Além disso, há as demandas em que a Fomento figura no pólo passivo e esta Gerência faz manifestações e defesas das mesmas. Também há a atuação *in loco* nas Varas Cíveis da Comarca de Palmas-to, para diligenciar os processos judiciais tanto no polo ativo, quanto no polo passivo.

Na esfera administrativa a Gerência Jurídica atua na elaboração de Pareceres, Comunicações Internas, participações em reuniões internas, diligências externas sempre que necessário, orientações jurídicas individuais em todos os setores da Fomento no sentido de correção e orientação, por vezes, auxilia os membros dos demais setores, na construção de documentos internos e também de abrangência externa, como a edição de contratos, ofícios entre outros.

Esse é o breve relatório das contingências ativas em tramitação até a data 31 de dezembro de 2019.

4 - DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

As receitas do exercício totalizaram R\$ 2.579 (mil) e as despesas R\$ 5.865 (mil), o resultado líquido acumulado do exercício de 2019, foi um prejuízo de R\$ 3.286 (mil), sendo que 926 (mil) refere-se ao provisionamento de um cliente liberado em Dezembro de 2018, em decorrência da redução nas receitas das operações de crédito, provisão de desvalorização de outros valores e bens, aumento em 275% nas provisões para créditos de liquidação duvidosa e pela composição da Diretoria que só pode realizar operações de crédito a partir de 24/05/2019. Enquanto todas as demais despesas legais e administrativas são inevitáveis.

A falta de aporte ao capital da Agência, compromete substancialmente a política de aplicação dos recursos da Agência, limitando-a cada vez mais ao longo dos anos.

4.1 – CAPTAÇÃO DE: APORTES, FUNDOS e RECURSOS DE TERCEIROS - 2019/2020

Cabe ressaltar que diante do quadro que ora se apresenta, os Gestores da Instituição adotaram e estão adotando ainda para o exercício 2020, as seguintes medidas para alavancar as linhas de créditos e aporte de capital.

a) Foi homologado em Assembleia Geral Extraordinária, realizado em 30 de setembro de 2019, aporte de capital, no valor de R\$ 1.710 (mil), provenientes de todos os acionistas, mantendo-se a proporcionalidade entre os acionistas da Instituição e sem emissão de ações;

b) Estamos em permanente contato com o Governo Estadual no intuito de promover a transparência e mostrar a necessidade de aporte de capital, para viabilizar os projetos de desenvolvimento. O Governador autorizou R\$ 10.000 (mil) destinado ao Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social - FDES, para financiar as cadeias produtivas da piscicultura e microcrédito. A Lei autorizando será encaminhada em março/2020 para Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins.

c) Foi captado no ano de 2019 o recurso do Ministério do Turismo, denominado FUNGETUR, no montante aproximado de R\$ 10.633 (mil), destinado aos empreendimentos de turismo do Estado do Tocantins. Recurso esse que trará mais uma opção de crédito, com juros baixos e prazo longos.

d) Inclusão na Lei de Diretrizes Orçamentária - LDO previsão de orçamento para aumento de capital da Agência de Fomento, no valor de R\$ 1.500 (mil), disponível para transferência em conformidade com a Secretária de Indústria Comércio e Serviços para o mês de abril/2020.

e) Inclusão na Lei de Diretrizes Orçamentária - LDO previsão de orçamento para aumento de capital da Agência de Fomento no valor de R\$ 8.000 (mil) para o ano 2.020, que será escalonado a partir do mês de maio/2020 no valor de R\$ 1.000 (mil) até o mês de Dezembro de 2020.

4.2 – AÇÕES QUE ESTÃO SENDO ADOTAS PELOS GESTORES - 2019/2020

- a) Intensificamos ações junto ao BNDES, FINEP e FNO para obtermos a condição de Agente Repassador dos recursos;
- b) Parceria do Governo do Estado do Tocantins e Agência de Fomento com o Banco Regional de Brasília - BRB como agente repassador para o microcrédito;
- c) Parceria Estado do Tocantins e Fomento, na intermediação da modalidade de repasse financeiro através de cartão de crédito para servidores públicos, consignado;
- d) Criar novos produtos de crédito, aumentando o mix do portfólio da Agência;
- e) Divulgação das Linhas de Crédito através de diversos meios de comunicação;
- f) Pulverização dos créditos para micro e pequenos empreendedores, diminuindo o risco de concentração de crédito;
- g) Intensificação das prospecções para alavancagem e ações de crédito no interior do Estado em parceria com as Prefeituras e CDL's, para atender com maior amplitude todas as cadeias produtivas.
- h) Redução das despesas administrativas através da revisão de contratos de prestação de serviço com fornecedores;
- i) Requalificação do quadro de funcionários;
- j) Aprovação do novo organograma da Agência;
- k) Realização de leilão dos bens recebidos em dação de pagamentos e os apreendidos ou consolidados em alienação fiduciária, os quais irão gerar mais recursos financeiros para nossas operações e conseqüentemente, receitas para Agência;
- l) Realização de venda direta dos bens que não foram alienados nos leilões;

- m) Planejamos e realizamos várias reuniões com órgãos Estaduais e Municipais com o intuito de propor parcerias em prol do desenvolvimento sustentável;
- n) Ficou definido a administração de Fundos e PPP's do Estado para Agência de Fomento, onde obteremos receitas na administração;
- o) Tomadas de contas;
- p) Novas políticas e critérios de análises de créditos;
- q) Ajuizamentos das operações inadimplentes;
- r) Atualização do site institucional;
- s) Redução de despesas;
- t) Aumento da equipe de gerentes de crédito;
- u) Treinamentos;
- v) Parcerias com órgão voltado para o crescimento econômico.

As Aplicações Financeiras do período seguiram a política de investimentos da Instituição, produzindo receitas no valor de R\$ 341 (mil). Ao final do exercício, o saldo das aplicações alcançou o valor de R\$ 6.112 mil, estando R\$ 4.301 (mil) aplicados em Fundos de Investimento e R\$ 1.811 (mil) em Títulos de Renda Fixa (LFT).

Os Ativos da Agência de Fomento apresentaram um saldo de R\$ 15.901 (mil). Os seus principais componentes são as aplicações financeiras em Títulos Públicos Federais no valor de R\$ 6.112 (mil), correspondente a 38% e carteira ativa de operações de crédito com um montante de R\$ 4.398 (mil) equivalente a 27% e 35% sendo de outros ativos.

O Patrimônio Líquido finalizou com o saldo de R\$ 15.394 (mil), distribuídos em R\$ 28.533 (mil) de Capital Social subscrito, R\$ 28.494 (mil) Capital Social integralizado, R\$ 153 (mil) de Reserva Legal e R\$ 13.253 (mil) de prejuízo acumulado. Já o passivo circulante somou R\$ 507 (mil), sendo outras obrigações, tais como: funcionários, impostos, contingências e fornecedores.

8 COORDENADORIA DE RISCOS, COMPLIANCE E CONTROLES INTERNOS

APRESENTAÇÃO

A Coordenadoria de Riscos, *Compliance* e Controles Internos foi implementada a fim de atender o que determina a Resolução CMN n.º 4.557 de 23/02/2017, bem como atuar em conformidade com as normas e os procedimentos adotados na instituição, conforme a sua estrutura.

Este relatório visa manter a transparência nas informações e nos procedimentos do gerenciamento de Riscos, *Compliance* e Controles Internos, no que se refere a sistemas, processos, procedimentos e rotinas, com o intuito de mitigar os riscos e falhas existentes nos procedimentos adotados.

ESTRUTURA E GOVERNANÇA

A Coordenadoria de Risco, *Compliance* e Controles Internos é a área responsável pelo gerenciamento dos Riscos de Crédito, Mercado, Operacional, Liquidez, Sócio Ambiental, bem como os demais riscos relevantes, a estrutura e governança está descrita na Política de Riscos e Controles Internos através da Resolução Fomento n.º 150/2017 e legislações correlatas.

RISCO DE CRÉDITO

Visando atender a Resolução CMN n.º 4.557/2017 conforme art. 21, em que a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras, e conforme seus incisos, no período em questão, foram observados quanto aos limites operacionais, bem como ao capital alocado para cobertura dos riscos, os quais são informados mensalmente ao Banco Central do Brasil por meio do Demonstrativo de Limites Operacionais, mantendo-se todos dentro dos níveis exigidos.

a) Patrimônio de Referência Exigido (PRE) e Adequação do PR

A apuração do Patrimônio de Referência Exigido (PRE) é definida pela Resolução CMN nº 4.193/2013.

O Índice de Basileia demonstra a relação entre Patrimônio de Referência (PR) e Ativo Ponderado pelo Risco (RWA), obedecendo a seguinte fórmula: Índice de Basileia = $(PR/RWA) \times 100$, corrigindo-se então a mesma e assumindo o seguinte Índice de Basileia:

DESCRIÇÃO	30.06.2017	31.12.2017	30.06.2018	31.12.18	30.06.2019	31.12.19
Patrimônio de Referência (PR)	22.304.702	20.883.424	19.971.890	17.000.210	15.360.069	15.378.414
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	31.054.074	29.285.644	28.025.129	24.365.404	21.268.039	21.068.668
Patrimônio de Referência Exigido (PRE)	3.414.356	3.247.586	2.987.496	2.625.358	1.751.266	1.685.493
Parcela de Risco de Crédito (PEPR)	2.772.159	2.609.169	2.368.834	2.057.122	1.251.756	1.269.705
Parcela de Risco Operacional (POPR)	642.197	638.416	618.661	568.236	499.510	415.789
Risco da Carteira Banking - RBAN ¹	125.797	86.125	122.627	41.704	72.986	158.932
Margem = PR - (PRE - RBAN)	18.764.549	17.549.713	16.861.768	14.333.148	13.535.816	13.533.989
Índice de Basileia = $(PR / RWA) \times 100$	71,83%	71,31%	71,26%	69,77%	72,22%	72,99%

¹ As Operações de Crédito da Fomento são todas pré-fixadas e por isso são alocadas aos vértices com base em indicadores históricos da Selic-Pré e calculado o VaR com a Volatilidade-Padrão das Séries Temporais Pjur1 do Bacen.

Metodologia:

Patrimônio de Referência Exigido (PRE)

Para encontrar o PRE é somado todas as reservas (Risco de Crédito e Risco Operacional), o resultado é apurado e lançado no balancete na conta controle;

Risco da Carteira Banking - RBAN¹

Para apurar o volatilidade padrão das taxas de juros é utilizado o sistema do BACEN, com base o primeiro dia útil posterior ao da data-base para o período de apuração através das Séries temporais e suas vértices; conforme a Carta Circular Bacen n.º 3.309/08.

Para apurar a estrutura a termo das taxas de juros é utilizado a SELICxPRÉ do último dia útil do mês do período de apuração, através dos dias úteis e dias corridos. Dados extraídos do BM&F.

Com os valores acima lançado é gerado o arquivo da carteira vincendo, para atrelar aos indicadores, o qual é apurado o valor de reserva para o Risco de Mercado- RBAN.

Índice de Basileia $(PR / RWA) \times 100$

No Brasil, o mínimo do Índice de Basileia - I.B. aceitável pelo mercado financeiro é de 11%, conforme normativos do BACEN.

O Índice de Basileia é um indicador internacional definido pelo Comitê de Supervisão Bancária de Basileia, indicando a relação entre o Patrimônio de Referência - PR e o valor dos Ativos Ponderados pelo Risco (Risk Weighted Assets) - RWA. É conhecido também como Índice de Solvência ou de Solvabilidade de uma Instituição Financeira.

A atividade de intermediação financeira dos bancos envolve riscos usualmente suportados por capital. Quanto maior o índice, maior a sobra de capital próprio ou patrimônio para a realização de operações de crédito de maior risco. O Índice de Basileia é importante indicador para a análise

financeira de bancos. O objetivo é fazer com que os bancos tenham capital suficiente para aguentar riscos de perda em sua atividade. No Brasil, a relação mínima aceitável é de 11% entre o capital (PR) e os ativos ponderados pelos riscos (RWA).

Em 31.12.2019 o Índice de Basiléia da Agência de Fomento foi de 72,99%, significando que para cada R\$ 100,00 emprestado a Instituição possui R\$ 72,99 de patrimônio para suportar esse risco.

b) Exigência de Capital para Risco de Crédito - PEPR

A parcela do capital regulatório referente à exigência de capital para risco de crédito (PEPR) é calculada conforme definido pela Circular BACEN nº 3.644/2013. A exigência de capital corresponde a 11% das exposições ponderadas pelo risco, obtida a partir do somatório dos valores das exposições pelos respectivos fatores de ponderação de risco.

c) Classificação de *Rating* da Carteira Ativa

A Agência de Fomento do Estado do Tocantins continua utilizando critérios mais adequados e com provisionamento, e enquadramento dos níveis de *rating*, em conformidade com os normativos internos da Instituição e do Banco Central do Brasil - BACEN.

RISCO DE MERCADO

A Agência de Fomento do Estado do Tocantins manteve durante todo o exercício de 2019 operações de crédito com taxas de juros pré-fixada e manteve sua carteira de crédito fora de negociação no mercado financeiro, sendo uma carteira de crédito de não-negociação ou carteira *banking*.

As Operações de Crédito foram liberadas todas com taxa de juros pré-fixada e por isso alocado os vértices com referência em indicadores históricos da Selic-Pré, e calculado o VAR com a Volatilidade-Padrão das séries temporais P_{JUR1} do BACEN. Além disso, ressalta-se que as aplicações financeiras estão registradas em Títulos e Valores Mobiliários que são mantidos em Letras Financeiras do Tesouro (LFT) até o vencimento, e em cotas de fundos que foram mantidas em fundos de investimentos referenciados por CDI, por isso não estiveram expostas a risco de mercado, segundo entendimento do órgão supervisor.

CULTURA DE RISCOS, COMPLIANCE E CONTROLES INTERNOS NA INSTITUIÇÃO

A Instituição manteve-se dentro da normalidade com suas liberações de crédito e seus controles.

a) Políticas, Normas e Procedimentos de Controle

Com o objetivo de estabelecer critérios para elaboração dos relatórios de avaliação da qualidade e adequação do sistema de controles internos, a Coordenadoria de Riscos, *Compliance* e Controles Internos, com base no art. 1º, item III – “controle”, da Circular 3.467/09 do Banco Central do Brasil, informa sobre a existência das Políticas Institucionais e o canal que garante a divulgação para todos os colaboradores.

b) Ambiente de Controle e Compliance

As políticas e manuais sobre as áreas, a criação da Estrutura Organizacional da Agência de Fomento estão disponibilizadas na intranet, para todos os colaboradores da Instituição.

Por meio de normativos internos, regulamentaram-se procedimentos administrativos, operacionais, organizacionais e de governança, conforme informações abaixo:

- a) RESOLUÇÃO Nº 200/2019, estabelece a composição do Comitê de Crédito;
- b) RESOLUÇÃO Nº 199/2019, dispõe sobre a substituição do Diretor Administrativo-Financeiro;
- c) RESOLUÇÃO Nº 198/2019, revoga as resoluções 191/2019 e 192/2019, altera a Estrutura Organizacional;
- d) RESOLUÇÃO Nº 197/2019, altera no Manual Operacional;
- e) RESOLUÇÃO Nº 196/2019, estabelece a composição do Comitê de Crédito;
- f) RESOLUÇÃO Nº 195/2019, cria um programa de Crédito denominada Outubro Rosa Fomento;
- g) RESOLUÇÃO Nº 193/2019, altera no Regulamento de Bens Não de Uso alteração dos Art. 54, 55, 56 e 57;
- h) RESOLUÇÃO Nº 191/2019, altera na Estrutura Organizacional remanejamentos, organograma e adequações PCCS;
- i) RESOLUÇÃO Nº 190/2019, altera o Manual de Procedimentos Administrativos, no Item SOBRE A GESTÃO DE PESSOAS, subitem CONCESSÃO DE DIÁRIAS;

- j) RESOLUÇÃO Nº 189/2019, estabelece a rotinas e procedimentos que normatizam o banco de horas;
- k) RESOLUÇÃO Nº 187/2019, estabelece a rotina e procedimentos que normatizam o Regulamento de Bens não de Uso da Agência de Fomento do Estado do Tocantins;
- l) RESOLUÇÃO Nº 189/2019, estabelece a rotinas e procedimentos que normatizam o banco de horas;
- m) JUSTIFICATIVA, justificando a não publicação da resolução nº. 185/2019;
- n) RESOLUÇÃO Nº 184/2019, aprova o Manual de Orientações Técnicas das atividades da Auditoria Interna da Agência de Fomento do Estado do Tocantins S/A;
- o) RESOLUÇÃO Nº 183/2019, estabelece a composição do Comitê de Gestão de Crédito
- p) RESOLUÇÃO Nº 182/2019 Estabelece a composição do Crédito;
- q) RESOLUÇÃO Nº 181/2019, institui a Linha Syntax da Agência de Fomento do Estado do Tocantins;
- r) RESOLUÇÃO Nº 180/2019, institui a Normativa Interna das Rotinas e Procedimentos de trabalho da Agência de Fomento do Estado do Tocantins;
- s) RESOLUÇÃO Nº 179/2019, altera o Manual de Política Operacional e Normas de Crédito;
- t) RESOLUÇÃO Nº 178/2019, designar o Diretor responsável pela Estrutura de Gerenciamento de Capital da Agência de Fomento do Estado do Tocantins S/A;
- u) RESOLUÇÃO Nº 177/2019, dispõe sobre a Política de Gerenciamento de Capital da Agência de Fomento do Estado do Tocantins S/A;
- v) RESOLUÇÃO Nº 176/2019, dispõe sobre o Programa de Testes de Estresse da Agência de Fomento do Estado do Tocantins S/A;
- w) RESOLUÇÃO Nº 175/2019, dispõe sobre a Declaração de Apetite por Riscos - RAS, da Agência de Fomento do Estado do Tocantins S/A;

c) Informações Contábeis e Financeiras

A forma de conciliação das contas bancárias da Agência de Fomento é realizada diariamente. A validação dos registros é feita através de lançamentos a débito e a crédito, sendo toda sua documentação arquivada conforme exige a Lei. Os balanços são levantados semestralmente, e balancetes são elaborados mensalmente.

Todas as operações são enquadradas nos títulos contábeis previstos no Plano Geral de Contas e observando-se as instruções do COSIF.

Quanto ao planejamento orçamentário da Instituição, se divide em Orçamento de liberações de operações de crédito, Orçamento das receitas de aplicações financeiras em fundos composto por 100% de renda fixa em títulos públicos federais e operações de crédito.

d) Monitoramento

O modelo de controle interno adotado pela Agência vem descrito na Resolução Fomento n.º 150/2017, e utiliza a metodologia de CONTROL SELF ASSESSMENT – CSA, ou seja, Auto-Avaliação de Controles, a arquitetura é elaborada pelo COMMITTEE OF SPONSORING ORGANIZATIONS OF THE TREATWAY COMMISSION – COSO, dos quais contemplam a identificação, mensuração e tratamento dos riscos das atividades.

e) Estrutura Física e Tecnológica

A Agência de Fomento dispõe de uma estrutura física que atende todas as normas de segurança e saúde do trabalho, além de observar requisitos de acessibilidade, com as respectivas licenças de funcionamento.

A Coordenadoria de Tecnologia da Informação possui espaço reservado, a fim de manter sua estrutura tecnológica com mais segurança e atender as recomendações da auditoria independente.

f) Relatório de Ouvidoria, Procedimentos Contábeis e PLD

As obrigações legais de responsabilidade da contabilidade foram mantidas em conformidade. Não houve contato recebido por e-mail e telefone DDG 0800 .

g) Prevenção a Fraudes e Crimes de Lavagem de Dinheiro - PLD

Agência de Fomento possui o Manual de Prevenção e Combate as Atividades de Lavagem de Dinheiro, Corrupção e Financiamento ao Terrorismo – PLD/FT, aprovado pela Resolução Fomento n.º 093/2011. Possui cadastro no sistema de Controle de Atividades Financeiras - SISCOAF, com o perfil de usuário responsável, bem como o nome do Diretor responsável pela implementação e cumprimento das medidas estabelecidas no sistema UNICAD, conforme está previsto no art.18 da mencionada Circular n.º 3.461/2009.

O Manual de PLD/FT será objeto de revisão no exercício subsequente.

Não foi identificado nenhum ato que se enquadre como Lavagem de Dinheiro no período em questão, identificando que a Instituição está cumprindo com seu papel de fiscalização no ato da

contratação de suas operações de crédito. Dessa forma, é enviado, anualmente, ao COAF a Comunicação de Não Ocorrência de situações/operações que configurem indícios de LD/FT, inclusive em 2.019 fora enviado tal comunicado referente ao exercício de 2.018.

Ademais, todo o ano os funcionários da Instituição realizam curso de LD/FT, capacitando-os a identificar situações que configure indícios de LD/FT.

A Coordenadoria de Riscos, Compliance e Controles Internos estará buscando meios de divulgação e melhor comunicação interna que possa envolver os funcionários da Instituição no processo, procedimentos e rotinas de LD/FT, inclusive através das novas determinações do Banco Central do Brasil que entrarão em vigência no exercício de 2020.

h) Responsabilidade Socioambiental

Nas operações de crédito da Agência de Fomento não foram identificadas perdas por danos socioambientais, não descumprindo as normas internas e externas.

A Fomento Tocantins, em sua Política de Responsabilidade Socioambiental - PRSA, formalizou os princípios e diretrizes de sustentabilidade socioambiental para a atuação nos seus negócios e na sua relação com clientes, colaboradores e demais pessoas impactadas por suas atividades.

De acordo com essa PRSA, os princípios da atuação socioambiental da empresa são: a preservação do meio ambiente; o respeito à diversidade; e a promoção da redução das desigualdades sociais.

Sempre solicitamos documento que ateste a regularidade ambiental para liberar financiamentos a projetos que possam produzir impacto sobre o meio ambiente.

Para cumprimento dos normativos legais a PRSA será revisada no exercício subsequente.

9 INFORMAÇÕES CONTÁBEIS E FINANCEIRAS

A forma de conciliação das contas bancárias da Agência de Fomento é realizada diariamente. A validação dos registros é feita através de lançamentos a débito e a crédito, e toda sua documentação é arquivada conforme exige a Lei. Os balanços são levantados semestralmente, e balancetes são elaborados mensalmente.

Todas as operações são enquadradas nos títulos contábeis previstos no Plano Geral de Contas e observando-se as instruções do COSIF. Não foram identificados desvios financeiros e nem

manipulações de informações contábeis. A área possui todos os procedimentos normatizados de sua atividade e está em conformidade com os mesmos.

Quanto ao planejamento orçamentário da Instituição, se divide em Orçamento de liberações de operações de crédito, Orçamento das receitas de aplicações financeiras em fundos compostos por 100% de renda fixa em títulos públicos federais e operações de crédito.

10 MONITORAMENTO

O modelo de controle interno adotado pela Agência vem descrito na Resolução Fomento n.º 150/2017, e utiliza a metodologia de CONTROL SELF ASSESSMENT – CSA, ou seja, Auto-Avaliação de Controles, a arquitetura é elaborada pelo COMMITTEE OF SPONSORING ORGANIZATIONS OF THE TREATWAY COMMISSION – COSO, dos quais contemplam a identificação, mensuração e tratamento dos riscos das atividades.

VI - Estrutura Física e Tecnológica

A Agência de Fomento dispõe de uma estrutura física que atende todas as normas de segurança e saúde do trabalho, além de observar requisitos de acessibilidade, com as respectivas licenças de funcionamento.

A Coordenadoria de Tecnologia da Informação possui espaço reservado, a fim de manter sua estrutura tecnológica com mais segurança e atender as recomendações da auditoria independente.

VII - Relatório de Ouvidoria, Procedimentos Contábeis e PLD

As obrigações legais de responsabilidade da contabilidade foram mantidas em conformidade. Não houve contato recebido por e-mail e telefone DDG 0800.

VIII - Prevenção a Fraudes e Crimes de Lavagem de Dinheiro – PLD

Agência de Fomento possui o Manual de Prevenção e Combate as Atividades de Lavagem de Dinheiro e Corrupção, aprovado pela Resolução Fomento n.º 093/2011. Possui cadastro no sistema de Controle de Atividades Financeiras - SISCOAF, com o perfil de usuário responsável, bem como o nome do Diretor responsável pela implementação e cumprimento das medidas estabelecidas no sistema UNICAD, conforme está previsto no art.18 da mencionada Circular n.º 3.461/2009.

Não foi identificado nenhum ato que se enquadre como Lavagem de Dinheiro no período em questão, identificando que a Instituição está cumprindo com seu papel de fiscalização no ato da contratação de suas operações de crédito.

IX - Gerenciamento de Riscos Operacionais

A Diretoria Executiva está adotando medidas na captação de clientes, na análise do crédito, que caracteriza maior seletividade possível, conforme vem demonstrando em sua carteira de crédito nesse exercício, a fim de sanar as exposições aos riscos e manter os controles eficazes.

X - Responsabilidade Socioambiental

Nas operações de crédito da Agência de Fomento não foram identificadas perdas por danos socioambientais, não descumprindo as normas internas e externas.

XI - Gerenciamento de Capital

A Agência de Fomento considera o potencial de cada negócio ou segmento, definindo como metas as seguintes contas, Ativos, Passivos, Receitas e Despesas. Desta forma, o gerenciamento de capital é feito com base no orçamento, onde é elaborado com base nos investimentos e demais decisões administrativas programadas e na projeção dos resultados esperados em suas atividades operacionais.

11 OUVIDORIA

A Ouvidoria da Agência de Fomento foi implantada em 30 de novembro de 2007 com a finalidade de atender ao que determina a Resolução BACEN nº. 4.433, de julho de 2015, e com o disposto em Circular 3.503/2010. A Ouvidoria tem como objetivo aprimorar o atendimento ao cliente, bem como os processos e serviços, agregando valor à imagem da Instituição e, principalmente, reduzindo litígios.

- **Estrutura**

A estrutura da Ouvidoria está descrita no Manual de Ouvidoria através da Resolução Fomento nº. 157/2018, bem como as diretrizes e metodologia de trabalho as quais estabelecem sua forma de atuação. A Instituição disponibiliza aos clientes os meios de comunicação, como, correios; e-mail; site institucional e telefone DDG - 0800-642-9002, conforme prevê a legislação.

Demandas

A Agência de Fomento vem cumprindo com o exigido pelo órgão fiscalizador, e com as normas que regem esse canal de Ouvidoria, destacando-se que, no mencionado período, **não houve qualquer demanda pertinente à Ouvidoria.**

12 AÇÕES PARA 2019

ÍNSPEÇÃO DO BANCO CENTRAL DE BRASIL

Conforme inspeção realizada pelo Banco Central do Brasil nessa Agência de Fomento, a Coordenadoria de Riscos, Compliance e Controles Internos concluiu no exercício de 2.019 concluiu as seguintes políticas/planos:

DECLARAÇÃO DE APETITE POR RISCOS - RAS

No exercício de 2019 foi aprovada pelo Conselho de Administração, a Política de Declaração de Appetite à Riscos (RAS), que explicita quais são os limites de exposição a riscos que a Fomento Tocantins está disposta a aceitar em seus negócios/atividades.

A instituição acompanhará trimestralmente indicadores de exposição aos riscos relevantes, internos (endógenos) e externos (exógenos), para consecução dos seus objetivos estratégicos. Essa análise serve para a calibragem do apetite a riscos da Instituição.

PROGRAMA DE TESTES DE ESTRESSE

No exercício de 2019 foi aprovado o Manual de Teste de Estresse, o mesmo trata-se de um conjunto coordenado de processos e rotinas, dotados de metodologias, documentação e governança próprias, com o objetivo principal de identificar potenciais vulnerabilidades da Instituição em possíveis situações adversas e extremas.

Os testes de estresse servem para fins de supervisão, para definir políticas e estratégias apropriadas para atenuar os choques em cenários adversos e idiossincráticos. Exercem papel essencial para reforçar a governança corporativa, a resistência das instituições, do sistema financeiro e evidencia, como benefício, a identificação dos pontos vulneráveis da Instituição. Analisa potenciais efeitos e fatores que sejam adversos ao cenário atual, adotando a análise de sensibilidade para mensurar alterações nos riscos de crédito e de liquidez. O Teste de Estresse é o exercício, com finalidade definida, de avaliação prospectiva dos potenciais impactos de eventos e circunstâncias adversos na Instituição ou em um portfólio específico. Devem ser utilizados como uma ferramenta de **Gerenciamento de Riscos** e para auxílio nas tomadas de decisões de negócios da Instituição.

POLÍTICA DE GERENCIAMENTO DE CAPITAL

Na Política e Estrutura de Gerenciamento de Capital aprovada também no exercício de 2019 foram definidas conforme estratégia, métodos de monitoramento e análise que asseguram controle, suficiência de capital e produção de relatórios gerenciais. Também foi definido por meio de Resolução específica, o Diretor responsável pela Estrutura de Gerenciamento de Capital.

PLANO DE CAPITAL

O Plano de Capital e sua Contingência deverão, de forma consistente com o Planejamento Estratégico da Instituição, abranger o horizonte mínimo de 04 (quatro) anos, prevendo:

- a) Metas e projeções de capital;
- b) Principais fontes de capital da Instituição;
- c) Ameaças e oportunidades relativas ao ambiente político, econômico (interno e externo) e de negócios;
- e) Projeções dos valores de ativos e passivos, bem como das receitas e despesas;
- f) Metas de crescimento ou de participação no mercado;
- g) Políticas de distribuição de resultados;

A revisão do Plano de Capital será realizada após o fechamento das Demonstrações Contábeis e Financeiras do Exercício anterior.

O Plano de Contingência de Capital é parte integrante do Plano de Capital.

POLÍTICA DE GERENCIAMENTO DO RISCO DE LIQUIDEZ E PLANO DE CONTINGÊNCIA DE LIQUIDEZ

A Política de Gerenciamento do Risco de Liquidez consiste na capacidade da Instituição de honrar os seus compromissos financeiros no vencimento, incorrendo em pouca ou nenhuma perda, evitando assim o Risco de Liquidez, que é a possibilidade da Instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas ou inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

O Plano de Contingência de Liquidez consiste em conduzir a Instituição ao equilíbrio da sua capacidade de pagamento, tendo em conta os potenciais desequilíbrios identificados quando o seu nível de liquidez fica abaixo do limite de reserva de liquidez previamente estabelecido.

POLÍTICA DE GERENCIAMENTO CONTÍNUO E INTEGRADO DE RISCOS E DE CAPITAL

O Gerenciamento Contínuo e Integrado de Riscos foi aprovado no exercício de 2019 e tem como objetivos identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os(as):

- a) Risco de Crédito;
- b) Risco de Mercado;
- c) Risco de Liquidez;
- d) Risco Operacional;
- e) Testes de Estresse;
- f) Declaração de Apetite a Riscos - RAS; e
- g) Demais riscos relevantes, conforme critérios definidos por essa Instituição

O **Gerenciamento Contínuo de Capital** é o processo contínuo de:

I - Monitoramento e controle do capital mantido pela instituição;

II - Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos em que a instituição está exposta; e

III - planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

AÇÕES A IMPLEMENTAR EM 2.020

Concluída as políticas e programas, a Coordenadoria de Risco, Compliance e Controles Internos realizará as seguintes implementações:

AÇÕES A IMPLEMENTAR NO RISCO

- ✓ **Item 01** - Cálculos de Testes de Estresse a serem desenvolvidos conforme Manual do Programa de Testes de Estresse;
- ✓ **Item 02** - Relatórios Trimestrais Referente aos Testes de Estresse;
- ✓ **Item 03 - Plano de Capital:** Revisão Semestral do Plano de Capital para os próximos 04 (quatro) anos, de 2.020 a 2.024, sendo possível sua revisão apenas após a Revisão do Planejamento Estratégico para 2.020-2.024, uma vez que tal Planejamento fora projetado apenas para o Exercício de 2.019;
- ✓ **Item 04** - Relatório Semestral do Gerenciamento Contínuo de Capital;
- ✓ **Item 05** - Relatório Semestral referente ao Plano de Capital e ao efetivo acompanhamento de execução do Planejamento Estratégico;
- ✓ **Item 06 - Risco de Liquidez:** Relatório do Gerenciamento Contínuo do Risco de Liquidez;
- ✓ **Item 07 - Risco de Liquidez:** Relatório Semestral do Gerenciamento Contínuo do Risco de Liquidez;
- ✓ **Item 08 - Plano de Contingência de Liquidez:** Revisão Semestral do Gerenciamento Contínuo do Risco de Liquidez;
- ✓ **Item 09 - Risco de Crédito - Perda Esperada:** Revisão Semestral da Perda Esperada, ou Mensalmente e Imediatamente, conforme previsto na Gestão Contínua e Integrada de Riscos e de Capital;
- ✓ **Item 10 - Risco de Crédito - Perda Esperada:** Relatórios Tempestivos de Perda Esperada;
- ✓ **Item 11** - Relatório Semestral do **Gerenciamento Contínuo e Integrado de Riscos e de Capital**, contendo informações sobre o Capital, Liquidez, Testes de Estresse e demais riscos relevantes;
- ✓ **Item 12** – Elaborar e enviar a aprovação a Política Cibernética desta Agência.

AÇÕES A IMPLEMENTAR NOS CONTROLES INTERNOS/COMPLIANCE

- ✓ **Item 01** - MAPEAMENTO DOS PROCEDIMENTOS E ROTINAS DO PROCESSO DE CONCESSÃO DE CRÉDITO (Prospecção - Cadastro - Análise de Crédito - Risco e Compliance - Comitê de Crédito - Diretoria Executiva - Gestão de Crédito – Financeiro).
- ✓ **Item 02** - CRIAR POLÍTICA DE CONTROLES INTERNOS E CONFORMIDADE (COMPLIANCE);
- ✓ **Item 03** - IMPLANTAR AVALIAÇÃO DE CONTROLES INTERNOS DE CADA ÁREA DA INSTITUIÇÃO;
- ✓ **Item 04** - IMPLANTAR RELATÓRIOS DE PONTOS DE CONTROLE;
- ✓ **Item 05** - IMPLANTAR RELATÓRIO ANUAL DE CONTROLES INTERNOS E COMPLIANCE;
- ✓ **Item 06** - VERIFICAR A CONFORMIDADE DOS SETORES QUANTO AS RESOLUÇÕES, CIRCULARES DO BACEN, NORMATIVAS E RESOLUÇÕES INTERNAS DA INSTITUIÇÃO;
- ✓ **Item 07** - ASSESSORAR AS ÁREAS EM CASO DE APONTAMENTOS REALIZADOS NAS AUDITORIAS INTERNAS.

ÁREAS QUE PRECISAM IMPLEMENTAR AÇÕES NO EXERCÍCIO DE 2020 PARA EFETIVIDADE DAS POLÍTICAS DE RISCO E COMPLIANCE

COORDENADORIA CONTÁBIL E FINANCEIRA

- ✓ Fluxo de Caixa Realizado;
- ✓ Fluxo de Caixa Projetado.

SUPERINTENDÊNCIA EXECUTIVA

- ✓ Revisão/Elaboração do Planejamento Estratégico 2020 - 2024 no primeiro Trimestre de 2020.

POLÍTICAS E PROGRAMAS A IMPLEMENTAR NO SISTEMA DE INFORMÁTICA A SER LICITADO

- ✓ **Item 01** - Cálculos de Testes de Estresse;
- ✓ **Item 02** - Fluxo de Caixa Realizado;
- ✓ **Item 03** - Fluxo de Caixa Projetado;
- ✓ **Item 04** - Plano de Contingência de Liquidez;
- ✓ **Item 05** - Gestão Contínua e Integrada de Riscos;
- ✓ **Item 06** - Gestão do Processo de Concessão de Crédito;

13 AUDITORIA INDEPENDENTE

As atividades da Auditoria Independente foram realizadas pela empresa CASS AUDITORES E CONSULTORES S/S, observando as normas de auditoria aplicáveis e as exigências do Banco Central do Brasil, em conformidade com a Resolução do **CMN n.º 3.198/2004**, sendo emitido com ressalva o parecer de auditoria, atestando que a Agência de Fomento apresentou adequadamente, em todos os aspectos a sua posição patrimonial e financeira.

14 AUDITORIA INTERNA

A Auditoria Interna da Agência de Fomento do Estado do Tocantins S/A; subordinada diretamente ao Conselho de Administração, ligada administrativamente à Presidência, tem como função apoiar e assessorar permanentemente os gestores e a alta administração da instituição.

As atividades da auditoria estão estruturadas de acordo com o disposto na Resolução CVM-BACEN nº. 4.588/2017 e nas Resoluções nº 184 e 198/2019, da Agência de Fomento do Estado do Tocantins S.A.

Os trabalhos de auditorias preventivas, corretivas e de rotina, realizados nas diversas áreas da instituição, objetivam a inibição de possíveis fraudes contra o patrimônio e as finanças da organização, bem como a verificação do cumprimento das normas internas e externas, assegurando que os procedimentos adotados estejam aderentes às políticas definidas e à legislação vigente.

No que concerne a estratégia de atuação da auditoria interna, cabe informar que, para cada exercício, é elaborado o Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna – PAINTE e, efetivamente materializada no Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna – RAINTE e nos Relatórios Semestrais.

Os trabalhos planejados pela auditoria interna, tem como base os critérios de materialidade, relevância e risco, que permeiam todos os eixos de atuação, viabilizando a elaboração e apresentação à alta direção dos relatórios das auditorias, que contém recomendações voltadas para mitigação de riscos ou falhas, que são discutidas e elaboradas em conjunto com os responsáveis das áreas auditadas.

As recomendações exaradas pela auditoria, no exercício de 2019, obtiveram êxito em sua implementação, impactando positivamente no gerenciamento dos macroprocessos, dentre eles podemos citar: a melhora dos controles internos adotados pela Agência; Aprimoramento no processo de acompanhamento das recomendações exaradas pela auditoria interna, tornando-se mais efetiva e com maior controle de prazos e planos de ação e maior conformidade com as normas e legislação.

Portanto, a Auditoria Interna, no exercício de 2019, atuou no cumprimento das suas competências regimentais ao assistir à Instituição na consecução dos seus objetivos institucionais, ao propor melhorias nos controles internos administrativos e ao assessorar às diversas unidades organizacionais da Agência, contribuindo, assim, de forma independente, objetiva e disciplinada com o processo de gestão e adequando-se ao cronograma de trabalho instituído.

15 ESTRUTURA E GOVERNANÇA

A Resolução nº 150 / 2017 Dispõe sobre a alteração da Política de Riscos e Controles Internos da Agência de Fomento do Estado do Tocantins S/A. A estrutura organizacional que compõe esse processo envolve todas as suas unidades de negócio e será composta da seguinte forma:

- Conselho de Administração;
- Diretoria Executiva;
- Auditoria Interna;
- Diretoria Administrativo-Financeira;

- Comitê de Finanças e Riscos;
- Coordenadoria de Risco e Compliance;
- Demais Áreas de Responsabilidade da Fomento.

16 AGÊNCIA PARTICIPA DE OUTRAS AÇÕES E PARCERIAS COM O ESTADO:

SICS - Secretaria de Industria, Comercio e Serviços:

Projeto Piscicultura: Com o objetivo de promover articular e integrar políticas públicas para o desenvolvimento da piscicultura e aquicultura no Estado. A Agência participa da ação de desenvolvimento, trabalho conjunto entre as secretarias SICIS, Ruraltins e Naturatins, com a finalidade de liberar recursos financeiros para o desenvolvimento das atividades pesqueiras.

Esse trabalho será realizado através da disponibilização de recursos financeiros por parte do FDE - Fundo de Desenvolvimento Estadual, recurso alocado em um fundo específico que será administrado pela Fomento, com a finalidade de financiamento da cultura pesqueira denominada Tilápia.

ADETUC - Agência do Desenvolvimento do Turismo, Cultura e Economia Criativa: Esta parceria nos proporciona integração entre as linhas de crédito disponíveis na Fomento, como FUNGETUR e os empresários voltados para o desenvolvimento do turismo no Estado.

FUNGETUR - Fundo Geral de Turismo - A Fomento recém cadastrada como agente repassador, através desse recurso disponibilizado a Agência consegue taxas e prazos competitivos para o desenvolvimento do Turismo no Estado, assim fazendo seu papel social de fomentar o estado.

RURALTINS - Instituto de Desenvolvimento Rural - Participação na ação integrada da SICS e Naturatins, para desenvolvimento da atividade pesqueira.

FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos (2019/2020) - credenciamento e disponibilização de recursos no valor de R\$ 1.400.000,00, em análise de liberação pelo programa INOVACRED.

FIETO: Federação das Indústrias do Estado do Tocantins: Além da parceria como associada da Agência de Fomento, esta instituição é o elo de ligação dos empreendimentos ligados a projetos de inovação tecnológica, o que disponibilizamos recursos através da linha INOVACRED do FINEP.

SETAS - Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social - Parceria com a SETAS no desenvolvimento de ações de crédito destinados a uma classe menos favorecida da economia do Estado.

CDL - Gurupi - Câmara de Dirigentes Logistas de Gurupi - Parceria de expansão da atividade de prospecção da Fomento, localizada na cidade de Gurupi, ponto de referencia da região sul do Estado, dando a disponibilidade de estarmos mais próximos dos empreendimentos do Estado.

17 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As ações desenvolvidas pela Instituição nesse exercício, demonstram a busca por uma convergência entre o papel estratégico definido e as ações empreendidas no período.

Cabe, ainda, o destaque da execução dessas ações de forma associada às demais instituições do Estado, buscando a unidade governamental, a implementação de prioridades e uma atuação direcionada às diversas regiões e setores do território tocantinense.

Desta forma, a Instituição segue em direção ao alcance de sua sustentabilidade, alinhada com sua missão e buscando legitimar-se cada vez mais como o braço financeiro do Estado do Tocantins.

Palmas - TO, 05 de março de 2020.

Denise Rocha Domingos

Diretora Presidente